

## “Outras Lutas além do Fogão”: o movimento de mulheres na Região Guajarina-Pa, na década de 1990.

*“Otras Luchas más allá de la Estufa”: el movimiento de mujeres en la Región Guajarina-Pa, en la década de los 1990.*

*“Other Struggles Beyond the Stove”: the women's movement in the Guajarina-Pa Region, in the 1990.*

**Antonia Lenilma Meneses de Andrade**

**Luiz Augusto Pinheiro Leal**

**Resumo:** O lugar de atuação feminina foi, por muito tempo, limitado ao espaço doméstico, em oposição ao público. O lar, a família e, em resumo, “o fogão” constituía o único horizonte de ação feminina. Contrariando essa perspectiva, mulheres oriundas do meio rural fizeram nascer o Movimento de Mulheres da Guajarina, na região Nordeste do Pará, nos anos de 1990. Neste artigo, pretendemos analisar o processo de formação do MMG, demonstrando como o movimento se tornou um marco na organização de Lideranças femininas na região. Como metodologia para o desenvolvimento da pesquisa, utilizamos a História Oral (THOMPSON, 2002), visando à valorização da oralidade presente nos movimentos sociais. Além disso, analisamos diferentes fontes escritas (folders, relatórios dos encontros, atas dos encontros e congressos) relativas ao período de investigação. Através da pesquisa, foi possível observar que o Movimento de Mulheres da Guajarina, evidencia uma ação feminina coletiva que rompeu com os padrões tradicionais associados ao lugar da mulher. O novo lugar, sem dúvida, iria “muito além do fogão”.

**Palavras-chave:** Mulher negra. Organização feminina. Gênero. Movimento Social.

**Resumen:** El lugar de actuación de la mujer estuvo, durante mucho tiempo, limitado al espacio doméstico, en contraposición al público. El hogar, la familia y, en definitiva, "la estufa" constituían el único horizonte de acción de la mujer. Contrariamente a esta perspectiva, las mujeres de las zonas rurales dieron origen al Movimiento de Mujeres Guajarinas en el noreste de Pará en la década de 1990. En este artículo pretendemos analizar el proceso de formación del MMG, demostrando cómo el movimiento se ha convertido en un hito en la organización de las mujeres líderes de la región. Como metodología para el desarrollo de la investigación, utilizamos la Historia Oral (THOMPSON, 2002), con el objetivo de valorar la oralidad presente en los movimientos sociales. Además, analizamos diferentes fuentes escritas (carpetas, informes de las reuniones, actas de las reuniones y congresos) en relación con el período de investigación. A través de la investigación se pudo observar que el Movimiento de Mujeres Guajarinas, evidencia una acción colectiva femenina que rompió con los patrones tradicionales asociados al lugar de las mujeres. El nuevo lugar sin duda iría "mucho más allá de la estufa".

**Palabras clave:** Mujer negra. Organización de mujeres. Género. Movimento Social.

**Abstract:** The place of female performance was, for a long time, limited to the domestic space, as opposed to the public. The home, the family and, in short, "the stove" constituted the only horizon of female action. Contrary to this perspective, women from rural areas gave birth to the Guajarina Women's Movement in the Northeast of Pará in the 1990s. In this article we intend to analyze the process of formation of the MMG, demonstrating how the movement has become a milestone in the organization of women leaders in the region. As a methodology for research development, we used Oral History (THOMPSON, 2002), aiming at valuing the orality present in social movements. In addition, we analyzed different written sources (folders, reports of the meetings, minutes of the meetings and congresses) regarding the period of research. Through the research it was possible to observe that the Guajarina Women's Movement, evidences a collective feminine action that broke with the traditional patterns associated with the place of women. The new place would undoubtedly go "far beyond the stove".

**Keywords:** Black woman. Women's organization. Gender. Social Movement.

**Antonia Lenilma Meneses de Andrade** – Mestre em Educação e Cultura PPGEDU/UFPA e professora de História na rede estadual de educação - SEDUC/PA. E-mail: [lenilmameneses3@gmail.com](mailto:lenilmameneses3@gmail.com)

**Luiz Augusto Pinheiro Leal** – Professor Associado I da Universidade Federal do Pará e coordena o Grupo de Pesquisa História em Campo (GHISCAM/UFPA). E-mail: [augustoleal@ufpa.br](mailto:augustoleal@ufpa.br)

## INTRODUÇÃO

O espaço de atuação feminina foi por muito tempo limitado ao espaço doméstico em oposição ao espaço público. O lar, a família e, em resumo, “o fogão” consistia nos únicos meios de ação para as mulheres. Contrariando essa perspectiva, especialmente pela iniciativa de mulheres oriundas do meio rural, nasceu o Movimento de Mulheres da Guajarina, na região Nordeste do Pará, nos anos de 1990. O movimento surgiu diante de uma conjuntura opressiva no meio rural e da organização da Comissão Pastoral da Terra-CPT, que atuava junto às comunidades da região, desde o início dos anos 1960 (ANDRADE, 2016).

O movimento refletia os anseios e esforços das mulheres do campo para se manifestarem nos espaços políticos de decisões. As dificuldades eram imensas, mas não apenas em relação ao inimigo comum, o agronegócio, que naquele momento se expandia de forma violenta na região (SACRAMENTO, 2007, p. 61). Internamente aos movimentos sociais, embora as mulheres estivessem sempre ao lado dos homens, na luta pela manutenção e organização dos territórios, nos momentos de decisão ou de representação, eram sempre os homens que ficavam com os cargos de visibilidade.

As mulheres ficavam limitadas ao espaço privado (PATEMAN, 1992). No intuito de construir espaços para a atuação das mulheres, o movimento ergueu bases para várias reivindicações sobre a realidade vivida por mulheres dos municípios de Concórdia do Pará, Bujaru, Tailândia, Moju, Tomé-açu, Acará e Abaetetuba.

A necessidade de articulação por outra forma de luta contribuiu para que mulheres de diversas comunidades rurais, dos vários municípios da Região Guajarina, se unissem. Assim nasceu o Movimento de Mulheres da Guajarina. O movimento, desde então, passou a ser um espaço de mobilização e discussão sobre as lutas pautadas na territorialidade, cidadania, sindicalização, educação, violência no campo, violência doméstica, religião, saúde da mulher e relações gênero. Temáticas vivenciadas por todas as mulheres do campo, mas até o momento não tratadas como problemas comuns a todas as mulheres.

Neste artigo, pretendemos descrever e analisar a história de formação do Movimento de Mulheres da Guajarina como um marco na organização de lideranças femininas na região Nordeste paraense. Utilizamos, como metodologia, a História Oral (THOMPSON, 2002), visando à valorização da oralidade presente nos movimentos sociais. Além disso, analisamos documentos oriundos de diferentes fontes escritas (folders, relatórios dos encontros, atas dos encontros e congressos) relativas aos anos de 1996, 1997, 1998 e 1999, 2000, 2001, 2002 e 2003, 2006, 2007 e 2011. A valorização desses instrumentos, para a pesquisa, foi imprescindível para captar a versão das mulheres sobre suas experiências nas lutas sociais.

Tal como os movimentos sociais dos anos de 1980/90, o movimento de mulheres contribuiu para a conquista de novos direitos sociais. Segundo GONN (2003), os movimentos sociais no Brasil, nas últimas décadas, caracterizam-se por uma complexidade crescente e por uma linha de pluralidade organizativa. Em relação ao espaço campestre, diversas ações de organização foram articuladas. Destacam-se, entre elas, as mobilizações políticas de comunidades tradicionais, tais como ribeirinhos, assentados da reforma agrária, mulheres agricultoras e quilombolas.

Esses movimentos sociais têm se consolidado fora dos marcos tradicionais de controle clientelista dos grupos dominantes. Por outro lado, os movimentos desenvolveram desdobra-

mentos das formas tradicionais de associações e lutas vinculadas a organização sindical e às formas de enquadramento urdidas pelo Estado (ALMEIDA, 2011), possuem um caráter libertário e autogestionário em suas ações.

Os movimentos sociais do espaço rural eram ocupados majoritariamente por homens. Contudo, as lutas, além de influenciarem na redução das desigualdades entre o espaço rural e o urbano, também tiveram efeitos positivos sobre a vida do conjunto dos/as trabalhadores/as do campo e favoreceram o acesso das mulheres a direitos e a políticas públicas. Entretanto, a presença e a participação das mulheres, no movimento, foram lentamente conquistadas. Elas “saíram do anonimato, do não reconhecimento como agricultora para iniciar sua inserção nas políticas públicas governamentais” (PORTELLA, 2004). Saíram do restrito espaço do mundo privado, familiar e doméstico para o campo de ação política aberta. Um processo lento e tenso que evidenciava ação feminina para “outras lutas além do fogão”, tema do 1º congresso do movimento de mulheres de Tailândia-PA, em 1999.

A formação de movimentos das mulheres, de forma geral, assinalou a participação feminina nos movimentos sociais de modo amplo. Isso significou a entrada de novas representações no espaço tradicionalmente ocupado pelos homens. As mulheres agricultoras ganharam maior visibilidade no espaço social e político brasileiro, transformando-se, por este modo, em “sujeitos políticos no cenário nacional” (NOBRE, 2002, p.40). No Pará, a experiência não foi diferente.

Segundo Cintrão (2006), os movimentos de mulheres rurais da década de 1980 são ainda embrionários e limitados geograficamente, mas contribuíram para as mobilizações populares visando a participação na organização da Assembleia Constituinte de 1988. Cintrão cita ainda, que nesse período os movimentos ganharam força e se ampliaram com estímulos e o apoio de organizações de âmbito nacional como a Confederação Nacional de Trabalhadores na agricultura (CONTAG), Central Única dos Trabalhadores (CUT), os conselhos Estaduais de direitos das mulheres e mesmo com a cooperação Internacional.

Através da Constituição de 1988, pela primeira vez foi colocada em pauta, em nível nacional, uma negociação de políticas públicas que considerasse a questão das mulheres rurais. A partir de então, os movimentos de mulheres desse seguimento ganharam visibilidade ampla e tiveram impulso para uma articulação nacional. No contexto das mobilizações pela constituinte, acontece, em 1988, o I encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG (SILVA, 2006).

O encontro desencadeou a organização nacional das mulheres dentro do movimento sindical de trabalhadores rurais. Isso, entre outras coisas, permitiu a ampliação geográfica da mobilização feminina. Mulheres puderam se fazer mais presentes, e com voz, nos sindicatos de trabalhadores rurais em todos os Estados brasileiros. O fenômeno gerou um aumento progressivo da participação feminina nos movimentos. É nesse contexto que encontramos a mobilização feminina paraense através do Movimento de Mulheres da Guajarina.

## **1. Movimento de Mulheres da Guajarina: a ação de mulheres como organização**

Em meados da década de 1990, se consolidaram vários coletivos de mulheres na região nordeste do Estado do Pará. Mais especificamente nos municípios de Concordia do Pará, Bujaru, Tailândia, Acará, Abaetetuba e Moju. Esse fenômeno de mobilização surgiu diante da or-

ganização da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e de ações dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras rurais (STTR). Todos atuando na região desde o início dos anos 1960. Estas organizações estavam preocupadas em discutir a situação de violência no campo e formar sujeitos, mulheres e homens para as mobilizações de luta pela terra e outros direitos, através de uma organização política coletiva.

Na época, a equipe da CPT era constituída por Padre Sergio Tonneto, Irmã Rosa Figueiredo, Irmã Adelaide, Irmã Ivódia, Padre Amadeu e Padre Santiago. Estes párocos em Bujaru (Estatuto do Movimento de Mulheres da Guajarina, 1992). Na frente sindical, contava-se com Socorro Gomes, Gaída Silva, Lucia Lima, Irmã Ivódia, Cristina (secretária da FETAGRI). Segundo Irmã Rosa Figueiredo, freira da Congregação Sagrado Coração de Jesus, coordenadora geral da educação de jovens e adultos da Comissão Pastoral da Terra, na região Guajarina:

Os homens participavam dos Sindicatos, já tínhamos um trabalho com os jovens, clubes de mães em quase toda comunidade, então, era necessário fazer um trabalho mais político com as mulheres, já havia pressão de organismos internacionais para que isso acontecesse. No triênio que iniciou em 1990, nós tínhamos a meta, como linha de ação, organizar as mulheres da região, criar um movimento que as reunisse, mas não podia ser homens a organizar. Então quem ia começar? E foram a Socorro Lima, Gaída Silva que tomaram a frente, e foram muito importantes no processo de organização do Movimento. Foi feita uma espécie de proposta de desenho da criação do movimento. Foi identificado e mobilizado mulheres de vários municípios da região que tinham uma consciência crítica mais aprofundada. Reunimos com elas e começamos a discussão para formar uma coordenação provisória. A CPT, não atuava só no Bujaru. Era no Acará, Moju, Abaetetuba, Tailândia, já em Concórdia foi só depois. (Irmã Rosa Figueiredo. Entrevista concedida em agosto de 2015).

Para a Irmã Rosa, havia uma ausência das mulheres no processo de organização e participação dos trabalhadores rurais da região. As mulheres ficavam em casa, cuidando da família, para que os homens pudessem participar. Considerando que as causas das lutas eram para ambos, a ausência era reveladora de tensões de gênero em meio à luta comum a todos e todas interessadas.

Nos casos em que as mulheres já se faziam presentes em vários setores, como no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, associações e cooperativas, elas tinham uma participação muito tênue, sem expressão ou voz eletiva. Não participavam de modo efetivo das tomadas de decisão e nem nas disputas por cargos de chefia. Essa situação pode ser observada na mensagem poética no folder do 1º Congresso de Mulheres que ocorreu na cidade do Acará em 1998, intitulada *Sou Mulher*:

### **Sou Mulher**

Sou capaz de amar  
Sou duas, sou três sou muitas.  
Também tenho o direito de sonhar.

Sendo eu trabalhadora rural  
Sei cuidar da terra dos filhos, do fogão, do quintal...  
Sou mulher, bem brasileira.  
Sou também da América Latina

Estou aqui para lutar pelo que é meu por direito.

Liberdade, igualdade e respeito.

Sou mulher, mãe, avó e menina.

Sou irmã, amiga e companheira.

Quero ocupar meu lugar, companheiro, [sic]

Nós temo [sic] cabeça e coração,

Se podemos gerar uma vida,

somos capazes, juntas com vocês,

de libertar nossa nação.

(Folder do 1º Congresso de Mulheres do Acará, 1998).

É possível observar, no conteúdo da poesia, uma consciência de luta, de busca por direito para todas as mulheres e mesmo, desde o título, uma afirmação de pertencimento à identidade de gênero. É importante ressaltar que o Movimento de Mulheres da Guajarina, foi um movimento composto por mulheres do espaço rural e da cidade. Contudo, as mulheres da cidade não conseguiram se firmar nas lutas tanto quanto as do meio rural. No folder, também podemos notar que as lutas não estavam desconectadas dos contextos políticos que permeavam o cenário internacional. Tratava-se de lutas com abordagens semelhantes às que eram desenvolvidas por toda a América Latina (STERNBACH, ARANGUREN e ALVAREZ, 1994, p. 10).

Embora seus esforços de ação fossem regionais, as questões políticas reivindicadas eram vinculadas a lutas mais amplas. Os encontros faziam parte de uma ampla plataforma de organização de mulheres latinas naquele período. Conhecidos como *Encuentros*, essas mobilizações são reveladoras do desenvolvimento de teorias e práticas feministas latinas. Geraram documentos que registram a ampliação e densidade das lutas, especialmente por serem disseminados por todas as regiões de mobilização feminina:

Embora nem todas as questões suscitadas e as lutas ideológicas travadas nos *Encuentros* tenham correlatos precisos em todos os contextos nacionais, eles serviram de plataforma para o desenvolvimento de uma linguagem política feminista latino-americana comum e de palcos para disputas políticas muitas vezes contenciosas sobre o que seriam as estratégias mais eficazes para se alcançar igualdade de gênero em países dependentes, capitalistas e patriarcais (STERNBACH, ARANGUREN e ALVAREZ, 1994, p. 3).

A linguagem política feminista latino-americana comum tem contribuído com a organização e conscientização das mulheres, a exemplo da poesia citada acima, SOU MULHER. Considerando o conjunto de demandas, a linguagem partilhada gera certa continuidade e permanência de ação mobilizadora. Os movimentos, por sua vez, não são apenas reativos, movidos somente por necessidades imediatas. No caso do Pará, como situado por Irmã Rosa Figueiredo: “o movimento surgiu como uma demanda regional, quando as mulheres se organizavam para terem direitos à sindicalização. A CPT foi uma boa parceira nisso. Era preciso se organizar e conscientizar as mulheres do seu papel nos seus espaços” (Irmã Rosa Figueiredo. Entrevista concedida em agosto de 2015).

De acordo com Gohn (2008), os Movimentos Sociais são empreendimentos coletivos que visam estabelecer uma nova ordem de vida. Eles surgem de uma inquietação social, consequência de situações de insatisfação e do desejo de novas formas e oportunidades de vida. Esses também eram

os desejos das mulheres paraenses daquele momento: participar do movimento social, sindicatos, associação, como seus maridos. Ansiavam, além disso, por ter acesso a bens e serviços que melhorassem as suas condições de vida e trabalho.

As ações do Movimento de mulheres da Guajarina propiciou um processo de inserção em espaços coletivos não institucionalizados, gerando transformações na vida pessoal e das localidades em que moravam as mulheres. As ações decorrentes dessa organização balizam interesses, identidades e projetos de grupos específicos. Esses objetivos variavam da geração de trabalho e renda à formação político-social. De acordo com Gohn (2008), os Movimentos sociais podem ser definidos como possuidores de um caráter sociopolítico e cultural conforme as relações vivenciadas e a conjuntura específica de cada mobilização. Essa constatação teórica pode ser observada no movimento da Guajarina. Conforme o excerto da Cartilha Antologia do Círculo de Cultura da década de 1990:

A mulher pobre trabalha muito, mas não possui dinheiro. Ela é explorada pelos opressores e muitas vezes em sua própria casa. Outras vezes é explorada como empregada por outra mulher, a patroa. É mulher sofre mais do que o homem, porque é obrigada pela necessidade a trabalhar na olaria, em casa, na roça, fazendo paneiro, caeira (...). Para ajudar o marido e não ver os filhos com fome. A mulher tem muito saber e muito valor. É importante quando o homem sabe reconhecer isso e então cuida de sua mulher com carinho. Eu acho muito bonito quando a mulher é unida com seu marido. Mas tem muitas mulheres oprimidas, desvalorizada pelo próprio marido, e não tem liberdade nem para sair de casa, de participar da Comunidade e do estudo. O sistema capitalista e neoliberal desvaloriza a mulher de vários modos e quer que ela se cale e não lute por nada. Eles, os capitalistas, não querem que a mulher pare para pensar nos seus direitos porque têm medo que elas descubram que são exploradas e assim se organizem para lutar. E tem mulher que obedece direitinho ao SISTEMA e “se enterra” na casa, na olaria, na roça. Mas um dia nós mulheres vamos conseguir o que queremos. Vamos ocupar o nosso lugar na família e na sociedade. Uma esperança de mudança é a participação em nosso Movimento e em outras organizações. É juntar com as companheiras e os companheiros para enxergar mais longe, se organizar e lutar pela vida. É ter consciência de seu saber e de seu valor. É ter coragem de sacudir as cinzas do fogão, do nosso corpo e entra de cheio no Movimento para transforma a sociedade. (Antologia do Círculo de Cultura-CPT/Guajarina. Círculo de Cultura da Comunidade do Cravo, Timboteua Cravo e Dona, 2000).

Podemos observar, através do texto, que as mulheres do Movimento da Guajarina foram encorajadas a se posicionar, a utilizar um discurso de igualdade de gênero frente às oportunidades e conquistas. Elas são convidadas a despertar para um novo tipo de ação política, questionando o seu status subordinado em razão do sexo. Subordinação presente na relação familiar, dentro da igreja e mesmo no interior dos sindicatos de esquerda em que participavam. A tomada de consciência de gênero, dentro da classe, se deu pela própria experiência de lutas em comum. Inicialmente pelo estímulo externo, mas pela junção entre vontade e necessidade de participação em um movimento específico da categoria. Conforme uma importante liderança de Concórdia, dona Antonina Borges, o movimento: *“nasceu quando nós mulheres percebemos nossa marginalização na sociedade, na família, no sindicato e sentimos quando era necessário buscar outra luta”* (Depoimento de Antonina Borges retirado da Cartilha do Círculo de cultura CPT – O POVO TEM QUE SABER, Comunidade do Cravo, 1999).

Portanto, o Movimento de mulheres se constituiu com a finalidade de dar concretude e visibilidade às demandas específicas de mulheres, no interior do Estado do Pará. Visava, desde o início, garantir a participação feminina nas decisões políticas que lhes dizia respeito e, particularmente, na luta pelo direito à terra.

## 2. Quando Mulheres Lançam a Rede: o sentido do Movimento.

A questão de compreender o momento em que surge uma demanda social está localizada na leitura do contexto em que esse fato se encontra. Quando se trata do Movimento de mulheres da Guajarina, estamos nos reportando a uma questão de luta pela terra, em primeiro plano, mas também estamos diante da luta pela igualdade de gênero. Uma luta que se pauta em homens e mulheres que, em alguns momentos, têm exercido papéis diferenciados, mas de modo naturalizado, na sociedade. Nesse sentido:

Entendemos por imagens de gênero configurações das identidades masculina e feminina, produzidas social e culturalmente, que determinam em grande parte, as oportunidades e a forma de inserção de homens e mulheres no mundo do trabalho. Essas imagens são “prévias” a essa inserção, ou seja, são produzidas e reproduzidas desde as etapas iniciais da socialização dos indivíduos e estão baseados, entre outras coisas, na separação entre o privado e o público, o mundo familiar e o mundo produtivo, e na definição de uns como territórios de mulheres e outros como territórios de homens (CAPPELIN, 2000, p.130).

Cappelin (2000) defende que a questão de gênero perpassa por subjetividades que englobam o social e o cultural que produzem as identidades do homem e da mulher. Estes se localizariam em suas funções (fixas) desde tenra idade. Portanto, seus espaços seriam formalmente diferenciados. Gênero, em Scott (1995), possui uma definição bastante precisa. Segundo ela:

O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único. Como elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas entre os sexos, o gênero implica elementos relacionados entre si (SCOTT, 1995, p. 60).

Diante desses apontamentos, a importância de entender as relações de gênero no espaço rural se dá na perspectiva de perceber que essas relações variam de acordo com os diferentes espaços e lugar de poder. Para Silva (2009), há diferenças entre o privado e o público. O primeiro significando espaços de submissão e, o segundo, poder. Com relação à mulher trabalhadora rural, o espaço público está mais distante de sua atuação, reservando-se ainda em muitos casos ao espaço privado. Nesses espaços, temos a possibilidade de aplicação do conceito de “espaço vivido”. Este consistiria em uma vivência cotidiana que é conceituada por Frémont (1980 *apud* MENESES E GAMA, 2012, p. 20) como uma experiência de vida que não acaba, pois está em constante movimento. Segundo Frémont:

O espaço vivido é uma experiência contínua. [...] O espaço vivido é um espaço movimento e um espaço-tempo vivido. [...] O espaço vivido é também, desde a mais tenra idade, um espaço social. [...]. Mais temos de constatar que, se o espaço vivido acende às conceitualizações racionais da inteligência, ao raciocínio num espaço cartesiano e euclidiano, também se revela portador de cargas mais obscuras, em que se misturam as escórias do afectivo, do mágico, do imaginário (FRÉMONT, 1980, *apud*. MENESES E GAMA, 2012, p. 5).

Desse modo, o espaço vivido possui um caráter particular a cada pessoa. Está diretamente ligado ao imaginário e ao espaço social. Ele é construído por uma série de acontecimentos em que onde homens e mulheres estão posicionados de maneiras diferentes. Logo, segundo o autor, o espaço vivido das mulheres distingue-se referente aos homens. Afinal, o espaço é constituído por encaixes de células fechadas e isoladas umas das outras, mas cuidadosamente distintas entre si: a cidade, a casa, o quarto etc. As mulheres vivem em espaço muito restritos, quase secretos, entre a casa e poucos espaços públicos.

Nesse espaço vivido é que se encontram algumas mulheres do campo que, como relata Frémont, possivelmente estão localizadas em um espaço menor, no foro íntimo, na casa, quintal ou na lavoura. Não obstante, é ela que assume uma série de tarefas que lhes são ensinadas desde muito jovens. Mesmo dentro desse contexto, algumas mulheres se destacaram com sua forma de lidar com as diferenças em relação ao gênero. É nesse caso que podemos visualizar as mulheres que lideraram o Movimento de Mulheres. As mesmas que lutaram e foram renegadas a uma condição de não lugar por serem mulheres e camponesas. Ainda sobre as mulheres, Gohn afirma:

As mulheres estão nas redes associativas e de mobilização estruturadas em organizações não-governamentais, nas associações e bairro e associações comunitárias, em entidades assistenciais, nas organizações criadas por empresas a partir de políticas de responsabilidade social, em organizações populares que atuam junto a mediadores, como entidades articuladoras e os fóruns, nos movimentos sociais propriamente ditos e nos diversos conselhos de gestão públicas compartilhadas existentes (GOHN, 1997, p. 133).

É possível observar, com base nos argumentos da autora, que tem crescido de forma favorável, o número de mulheres que querem sair do anonimato e protagonizar suas conquistas. Elas estão em diversos espaços e tem mostrado sua força e capacidade de liderança nos processos decisórios. Seja como líder sindical, como ministra ou presidente da república, as mulheres de um modo geral estão saindo da invisibilidade.

### 3. Ações do Movimento: momento de semear

A organização de Movimentos de Mulheres trabalhadoras rurais no cenário nacional não é recente. O marco histórico de sua atuação acontece a partir da década de 1980, conhecida como a Década da Mulher (TABAK, 1985, p. 2). Os primeiros movimentos específicos de mulheres rurais datam do início dos anos 1980. Muitos deles foram motivados ou nasceram nos espaços da Igreja Católica de tendência progressista. Outros pelos movimentos sindicais e por partidos

políticos. Esses movimentos tiveram visibilidade a partir das realizações de encontros, congressos, passeatas, caminhadas e outras formas de manifestação pública e coletiva. Alguns deles seguiram uma cronologia de organização que deram base para os movimentos que surgiram nos anos seguintes.

Segundo Aguiar (2016), durante a década de 1980, ampliaram-se as organizações políticas de mulheres, e, devido à grande extensão territorial brasileira, observou-se a formação de vários grupos de mulheres provenientes da área rural. Elas atuaram de formas distintas, de acordo com necessidades específicas de cada região. Para citar alguns, temos, somente no Rio Grande do Sul, duas importantes organizações de mulheres:

as “Margaridas” e as “Mulheres da Roça” (1986), que, posteriormente, deram origem ao Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR), movimento estadual autônomo criado em 1989. Em Santa Catarina, surgiu, em 1983, o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), estimulado pela ação da Igreja progressista. Na Paraíba, podemos destacar o Movimento de Mulheres do Brejo Paraibano; em Pernambuco, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central (MMTRSC), que surgiu em 1982. Em âmbito regional, houve o surgimento, em 1988, da Articulação das Mulheres Trabalhadoras Rurais da Região Sul e o Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE), criado em 1986 (AGUIAR, 2016, p. 16).

Na Região Nordeste foram realizados dois grandes eventos, um em 1984, no Estado de Pernambuco, e outro em 1986, na Paraíba. O primeiro foi 1º de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central de Pernambuco e, o segundo, o 1º Encontro das Trabalhadoras Rurais da Paraíba (MENESES e GUSMÃO, 2012). Encontros como estes, mesmo com suas características regionais, foram decisivos para a criação de dois grandes movimentos: Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE), fundado em 1986 e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR-RS), fundado em 1989. Além disso, ajudaram a fomentar movimentos que se consolidavam no Norte, no Estado do Pará, como o Movimento de Mulheres da Guajarina.

As questões de pauta da luta das mulheres nesses movimentos passavam primeiramente pelo reconhecimento da profissão como agricultora. Elas reivindicavam esse reconhecimento formal para que constassem em seus documentos que eram trabalhadoras rurais ou agricultoras (e não como doméstica ou dona de casa). Além dessa pauta específica, eram temas da luta feminina os direitos sociais, em especial a aposentadoria e o salário-maternidade; o direito de sindicalização e as questões da saúde da mulher. Ainda nessa década, foram feitas exigências complementares às primeiras, como a titulação da terra em nome do casal; o nome da mulher como chefe de família; e o direito das mulheres solteiras, ou chefes de famílias, de serem beneficiárias da Reforma Agrária.

Na Constituição de 1988, as mulheres rurais tiveram duas importantes conquistas: 1) a menção explícita ao direito das mulheres à terra, e 2) sua inclusão como beneficiárias da previdência social, com direito à aposentadoria, à licença-saúde e à licença-maternidade. Tudo isso na condição de seguradas especiais. Contudo, para a implantação destes direitos, como política

pública para esse segmento, foram necessárias outras mobilizações e a ampliação da articulação com outros movimentos do campo (MENESES e GUSMÃO, 2012).

Os últimos anos de 1990 correspondem ao período em que as mulheres rurais mais aparecerem publicamente como *produtoras rurais* propriamente ditas. Agora, já reivindicando o direito de serem beneficiárias de políticas produtivas e exigindo tratamento diferenciado por parte da sociedade e do Estado.

#### 4. Os Encontros e Congressos como Espaço de Organização e Coletivização das Lutas.

Nos anos de 1996 a 2003, 2006, 2007 e 2011, foram realizados encontros e Congressos, onde se reuniram todos os municípios que fazem parte da Guajarina. À temática desses congressos, focalizaram-se questões estruturais e conjunturais e aquelas específicas das trabalhadoras do campo. Em todos os encontros, buscava-se: a superação da pobreza e da violência no campo, o desenvolvimento sustentável, a igualdade de gênero, assim como um reforço a autoafirmação da identidade de mulheres rurais (CPT, 2012).

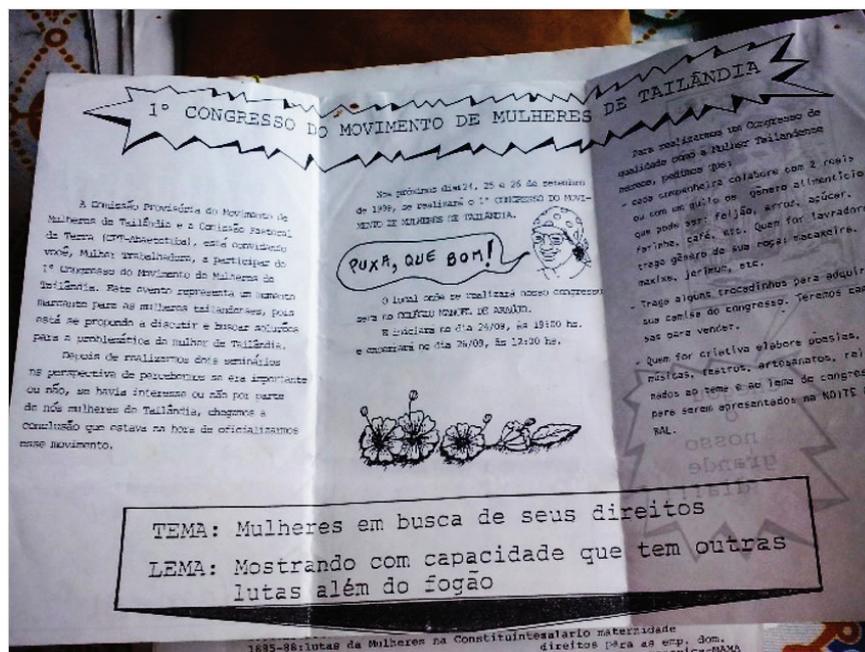
Organizados por um conjunto de ações coordenadas pela Comissão Pastoral da Terra, os encontros avançaram, também, em relação ao aprofundamento na discussão sobre o papel das relações de gênero dentro das famílias e na sociedade. Era reivindicado mudanças na divisão sexual do trabalho, questionando a falta de poder feminino dentro de casa e denunciando a violência doméstica (SILIPRANDI, 2008).

Em março de 1996, ocorreu na cidade do Concordeia do Pará/PA, o primeiro Congresso regional de Mulheres da Guajarina (*Relatório do Congresso*, 1996). Nele, foram definidas as diretrizes do Movimento e as estratégias de ação para os próximos anos. Segundo o relatório da CPT, a maioria das mulheres presentes eram agricultoras. “Uma classe trabalhadora oprimida que vivia do suor do trabalho, acreditavam de verdade que as mulheres têm importância na sociedade, que só elas podem assumir” (CPT, 1996). Também foram definidos os objetivos que norteariam a vida do movimento, dentre os quais: a libertação das mulheres, violência contra a mulher e luta pela terra.

Outro congresso regional ocorreu em 1999, em Abaetetuba/PA, entre os dias 11 e 14 de novembro. Esse congresso teve como objetivo reunir todos os municípios que faziam parte do movimento de mulheres na região da Guajarina e apontar a importância das mulheres rurais na construção da nação brasileira. Participou Concordeia do Pará, Moju, Abaetetuba, Acará, Barcarena, Tomé-Açu e Tailândia. O encontro teve como tema: *Mulher: Uma força construindo o Brasil*.

Em 2000, ocorreu um novo encontro de formação. Dessa vez na cidade de Tailândia. O tema central, “*Mulheres em busca de direitos*”, vinha acompanhado de um lema de autoafirmação: “*Mostrando com capacidade que tem outras lutas além do fogão*” (Imagem I). Nele aparece a frase que nomeia esse artigo e ressalta a diferenciação entre os espaços de luta, do privado ao público. Entre os vários temas tratados nesse encontro, estava a questão da oficialização do movimento e a necessidade de agregar mais mulheres para o movimento.

## Imagem I – Folder do 1º Congresso do Movimento de Mulheres de Tailândia



Fonte: Arquivo CPT (2016)

Em 2001, foi à vez da cidade do Acará sediar o congresso de mulheres. Nesse congresso, o tema era “mulher resgatando nossas lutas, nossa história”. O encontro contou com a presença de importantes lideranças: Padre Sérgio Tonetto, representante da CPT; Maria do Socorro Lima, coordenadora do Movimento de Mulheres Transformadoras do Campo e da cidade (MMTCCB); Antonina Borges, Coordenadora do Movimento de mulheres do campo e da cidade Concórdia do Pará (MMCC); Lucimar do Socorro Costa, representante da articulação de Mulheres rurais da Guajarina; Raimundo Francisco, representante do sindicato dos trabalhadores rurais de Acará; Raimundo Lucas e Claudio, ambos representantes do Partido dos trabalhadores; e o vereador, Eduardo Lima (*Relatório do Congresso de Mulheres no Acará*, 2001).

Nesse congresso, foi feita uma retrospectiva da história das mulheres nos movimentos sociais e políticos. Alguns dos temas abordados diziam respeito às ações do movimento feminista no século XX.

No que se refere à violência, esse foi um tema tratado em quase todos os congressos de mulheres, especialmente nos de 2000, 2003 e 2007. As participantes dos movimentos viam uma preocupação maior em relação às condições em que as mulheres agredidas ficavam sujeitas após sofrerem as agressões. Geralmente, sem nenhum acesso à políticas públicas que possibilitasse a elas ter algum tipo de apoio frente a violência sofrida. Assim, nos três últimos congressos, as pautas foram direcionadas à formação e informação sobre a lei Maria da Penha.

Em vigor desde o dia 22 de setembro de 2006, a Lei Maria da Penha dá cumprimento à Convenção para Prevenir, Punir, e Erradicar a Violência contra a Mulher, a Convenção de Belém do Pará, da Organização dos Estados Americanos (OEA), ratificada pelo Brasil em 1994, e à Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), da Organização das Nações Unidas (ONU). (CINTRÃO e SILIPRANDI, 2011, p. 35).

Depois do primeiro congresso, aconteceram os de 2003, que contou com a presença de 2500 mulheres; o de 2006, com mais de 300 mulheres; e, por último, o de 2011, com cerca de 500 participantes. Nesses congressos municipais e regionais, as trabalhadoras rurais apresentaram pautas de reivindicações de todos os municípios e comunidades da região Guajarina, microrregião de Tomé-Açu/PA. Futuramente, elas serviriam para constituir a base de políticas públicas estaduais ou municipal.

Os Congressos também tiveram um forte caráter de denúncia. As trabalhadoras rurais chegaram a apresentar uma pauta de reivindicações para negociação com o governo. Grande parte dessas reivindicações voltou a integrar a pauta dos congressos seguintes, realizadas nos anos 2006 e 2011. Um ponto importante de diferenciação a partir de 2003 foi o tema do reconhecimento das comunidades rurais como terras quilombolas.

Atualmente, as mulheres do Movimento da Guajarina estão atuando em diversos setores e podem contabilizar algumas conquistas. Apesar de suas mobilizações ainda não terem sido suficientes para acabar com as desigualdades de gênero. Algumas conquistas que ocorreram ajudaram a mudar a realidade de várias mulheres na região. Entre as conquistas, podemos destacar:

- Documentação civil e trabalhista para todas as mulheres rurais;
- Acesso à terra, com apoio às mulheres assentadas;
- Políticas de apoio à produção na agricultura familiar através das Emater;
- Inserção de todas as mulheres da Guajarina no Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural – PND'TR;
- Apoio ao protagonismo das mulheres trabalhadoras nos territórios rurais;
- Criação do Conselho Municipal de Mulheres;
- Sindicalização de 98% das mulheres do meio rural;
- Reorientação de pautas de lutas como a busca pela coletivização de terras quilombolas. (*Relatório do Seminário Ala Feminina do STTR/Mulheres da Guajarina em Abaetetuba, 2001*).

Tendo em conta o rompimento com os modelos tradicionais de organização social e as conquistas resultantes da organização das mulheres rurais na região nordeste do Pará, podemos dizer que o movimento de Mulheres Transformadoras do Campo foi bem sucedido. A partir dele, as mulheres constituíram um instrumento de luta para a conquista de direitos que lhes foram negados historicamente.

O resultado desta pesquisa revela um processo de ampliação da participação das mulheres em espaços de poder, como associações, partidos políticos, coordenação comunitária e liderança local. A história das mulheres no Movimento da Guajarina nos permite reconstruir alguns dos limites e rupturas da formação destas mulheres enquanto pessoas plenamente ativas na sociedade. Suas ações repercutiram dentro de vários espaços de luta e da organização social. A experiência adquirida através deste movimento fomentaria, nas décadas seguintes, outro movimento de extrema importância para a organização social e política da região: o movimento que mulheres quilombolas. Este, partindo de pautas comuns ao movimento de mulheres, articulou lutas próprias em torno da reivindicação das titulações coletivas de suas terras como territórios quilombolas (MALCHER, 2010). Trata-se de uma outra importante história das lutas populares que ainda precisa ser contada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Movimento de Mulheres da Guajarina pode ser analisado como marco na fomentação de lideranças femininas na região. Ele forjou a base de sustentação para a participação efetiva de mulheres frente aos espaços de decisões e concretização de conquistas sociais. As histórias dessas mulheres nos permitem reconstruir alguns dos limites e rupturas no tempo histórico e sua formação enquanto sujeitos sociais ativos. Suas ações foram desenvolvidas dentro de vários espaços. Seja no movimento somente de mulheres, ou no movimento quilombola, essas pessoas se organizaram através de associações, igrejas e mesmo na própria comunidade.

O Movimento de Mulheres da Guajarina, representou, acima de tudo, um desejo de mudança das condições de milhares de trabalhadoras rurais da Microrregião de Tomé-Açu (Região Guajarina). Assim, ficou como uma semente plantada para o futuro. Representa o desejo de muitas mulheres que querem ver uma sociedade mais justa, para ambos os gêneros. O processo de luta ainda continua, pois em muitos espaços a violência contra as mulheres rurais ainda ocorre com muita frequência. A experiência de organização social relevada na trajetória do Movimento de Mulheres da Guajarina, evidenciam que a ação feminina rompeu com os padrões tradicionais associados ao lugar da mulher. O novo lugar, sem dúvida, vai “muito além do fogão”.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Venancio Porto Vilenia. *Mulheres Rurais, Movimento Social e Participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas*. 2016. <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7984.2016v15nesp1p261>. Acesso em periódicos.ufsc.br > politica > article.
- ANDRADE, Antonia Lenilma Meneses de. *Mulheres quilombolas: Movimento, Liderança e Identidade*. 2016 (Dissertação de Mestrado).
- CAPPELIN, Paola; DELGADO, Didice; SOARES, Vera (Org.). *Mulher e trabalho: experiências de ação afirmativa*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- CINTRÃO, Rosângela. SILIPRANDI, Emma. O progresso das mulheres rurais. In: BARSTED, Leila Linhares; PINTANGUY, Jacqueline. (Orgs.). *O progresso das mulheres no Brasil 2003-2010*. Rio de Janeiro: CEPIA: Brasília: ONU Mulheres, 2011.
- DUARTE, R. *Entrevistas em pesquisas qualitativas*. Educar, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004. Editora UFPR. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n24/n24a11.pdf>.
- FRÉMONT, Armand. *A região, espaço vivido*. Trad. Antônio Gonçalves. Reivão & Antônio G. Mendes. Coimbra: Livraria Almeida, 1980.
- GOHN, Glória Maria da. *Teoria dos Movimentos Sociais paradigmas Clássicos e Contemporâneos*. 1. Ed. Edições Loyola São Paulo. 1997.

GOHN, M. da G. (Org). *Movimentos Sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. Petrópolis: Vozes, 2008.

MALCHER, Farias Maria Albenize. *Somos quilombolas: a organização de mulheres Negras Rurais em Santa Rita de Barreira*. 2017. Gt. Fazendo Gênero Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. [www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br](http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br) › anais.

MENEZES, Elisangela Ferreira e GAMA, Andrea Nogueira, A busca pela visibilidade: A Marcha das Margaridas e a trajetória de conquistas para mulheres rurais. *Anais do V NEER*, UFMT, 2012. Site: [www.geografia.ufmt.br/.../eixo%20%20GT2%20artigo%20](http://www.geografia.ufmt.br/.../eixo%20%20GT2%20artigo%20).

SACRAMENTO, Elias Diniz. *Almas da Terra: A violência com Campo paraense*. 2007. Universidade Federal do Pará. (dissertação de mestrado).

SCOTT, J. W. “Gender: A Useful Category of Historical Analysis”. *The American Historical Review*, vol. 91, nº 5. (Dec. 1986), pp. 1053-1075. Original inglês disponível em JSTOR: <<http://www.jstor.org/stable/1864376>>.

SILIPRANDI, E. *Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar*. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Brasília, 2009.

SILVA, Maria Evaneide Pantoja. *Socialização de Agricultoras do Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense, 2008* (Dissertação de mestrado).

SILVA, Fabiane Ferreira; RIBEIRO, Paula Regina Costa. Diferenças de gênero no campo da Ciência: um ensaio de análise sobre a presença feminina no CNPQ. In: *VIII Seminário Internacional Fazendo Gênero: corpo, violência e poder*. Florianópolis: Mulher, 2008.

TABAK, Fanny. *A década da mulher como forma de participação e pressão Política - avaliação e balanço*. Trabalho apresentado na IX Reunião Anual da ANPOCS, GT Mulher e Política, 1985. Acesso em. [www.anpocs.com](http://www.anpocs.com) › 6147-fannytabak-decada › file.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1992.